

**ESTUDO DO ENSINO PROFISSIONAL (FEMININO) NO BRASIL:
A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA NILO PEÇANHA
(CAMPOS, 1922-1930)**

Fabiana de Arruda Resende Reis – Graduação em História pela Universidade Federal de São João Del Rei. Aluna de Mestrado no Programa de Políticas Sociais da Universidade Estadual Norte Fluminense – Campos - RJ / e-mail: fab_i_sjdr@yahoo.com.br

Euza de Souza Silva – Aluna de Graduação em Pedagogia na Universidade Estadual Norte Fluminense – Campos- RJ /e-mail: euzassilva@hotmail.com

Silvia Alicia Martínez – Doutora em Educação pela PUC – Rio – Pós- Doutora em História da Educação pela Universidade de Lisboa – Professora Associada da Universidade Estadual Norte Fluminense – Campos – RJ / e-mail: silvia-martinez@hotmail.com

Resumo

Com o processo industrial e de modernização do Brasil, surgiu o ensino profissional, inclusive o feminino, que muitas vezes preparava as mulheres para serem melhores donas do lar e para ajudarem no orçamento familiar, qualificando-as para trabalharem fora de casa como professoras de arte ou até mesmo confeccionarem produtos para serem vendidos. Neste contexto visamos demonstrar os primeiros resultados relativos ao estudo exploratório do ensino profissional feminino no Estado do Rio de Janeiro, tendo como referência e objeto de estudo a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922 na cidade de Campos. Para tal, optamos pelo recorte temporal de 1922 a 1930, correspondente ao período entre o ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves.

Abstract

With the industrial and modernization processes taking place in Brazil, the professional teaching came about, including that of women. Often the teaching of women prepared them to be better housewives and to help in the family monthly income, qualifying them to work outside of the household as art teachers or developing handmade products to sell. Within this context, we aim at demonstrating the first results of the research carried

out on the professional teaching of women in the state of Rio de Janeiro, having the school Escola Profissional Nilo Peçanha, which was founded in 1922 in Campos, as a reference for research. In order to accomplish that overview, we selected the period of 1922 to 1930, corresponding to the period of the inauguration of the school up to the end of the first administration by the first director of the institution, Maria Pereira das Neves.

Trabalho completo

Este trabalho se propõe a apresentar os primeiros resultados relativos ao estudo exploratório do ensino profissional feminino no Estado do Rio de Janeiro, num contexto de crescente modernização do país, tendo como referência e objeto de estudo a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, fundada em 1922 na cidade de Campos. Para tal, optamos pelo recorte temporal de 1922 a 1930, correspondente ao período entre o ano de criação da escola até o final da gestão da primeira diretora da instituição, Maria Pereira das Neves.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha se localizava à Rua Lacerda Sobrinho, nº. 119, no centro, onde, atualmente, funciona o Colégio Estadual Nilo Peçanha. Sua história começou com a inauguração, em 1922, no governo de Moraes Veiga, então Presidente do Estado do Rio, mas a instituição só entrou em funcionamento no ano seguinte, no governo estadual de Feliciano de Abreu Sodré.

No início, seu currículo era distribuído em três anos de curso, sendo alterado, em 1929, segundo Fonseca (1961), pelo Regulamento de Ensino Profissional sob a forma de Decreto nº. 2380, estabelecendo que o ensino profissional fosse ministrado em quatro anos, havendo um curso geral, de caráter obrigatório, e, paralelamente, cursos especiais, na forma de oficinas, abrangendo corte e costura, bordados e rendas, chapéus, flores e frutos.

A análise, entretanto, não se restringe à história da criação do colégio, mas na busca de entendimento do seu funcionamento a partir da hipótese de que esta instituição tenha representado, para a população, função sócio-cultural e tenha gerado, provavelmente, expectativas de mobilidade, libertação e construção social.

A escolha da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha insere-se num contexto de pesquisa em que se estudam escolas de relevância da cidade, sendo inaugural no sentido de iniciar o estudo de uma primeira instituição que não era destinada à elite

campista, mas às mulheres de classes trabalhadoras. Buscamos, a partir do “universo” da escola, elementos que possam dar conta de entender a sua gênese, tendo em vista que o ambiente escolar é um lugar de memória e de diversos elementos que envolvem a sociedade.

Os estudos da escola profissional (feminina) podem contribuir para compreender o projeto de modernização da sociedade brasileira construído pelos políticos que atuavam no plano da incipiente nação e que defendiam a necessidade de romper barreiras internas, por meio da educação, que impediam a inserção do Brasil no movimento cultural e político geral.

A educação, certamente, formava parte do projeto fluminense, que não era alheio à crença ilimitada no progresso por meio da instrução, em circulação no final dos Oitocentos e início dos Novecentos. O intuito neste período era, ao menos no plano das ideias, superar os atrasos de um Brasil colonial (agrário, pouco desenvolvido em termos de industrialização, modernização e urbanização), fazendo progredir a nação republicana que surgia, e aos poucos se consolidava, percebendo que avançar na educação da população, ainda que de maneira lenta, poderia ser um caminho para tal. E o sexo feminino não poderia ficar alheio a este processo de emancipação e progresso do país. Em virtude disso é que consideramos aqui o histórico papel da mulher na sociedade, a educação feminina e a evolução do ensino profissional no Brasil.

A escola surge como um espaço social de formação de indivíduos, sobretudo na preparação para a vida moral, política e econômica de um país. Tanto no Brasil, como em vários outros países, este espaço foi, a princípio, marcado pela presença masculina. Foi, inicialmente, conduzida por mestres jesuítas e direcionada à formação de meninos brancos da elite. Somente com o decorrer do tempo é que as instituições de ensino tiveram que mudar seu perfil, transformar-se e aceitar meninos de baixa renda, de outras etnias e também as meninas.

A entrada das mulheres no meio educacional, como alunas ou como professoras, não se deu de maneira rápida, tampouco fácil. Esse processo ocorreu lentamente ao longo do século XIX, trazendo consigo muitas polêmicas sobre o papel da mulher, contestadas em diversos discursos. A partir da Independência do Brasil, com ideais de progresso e soberania, evidenciando que o novo Império precisaria se firmar, é que se iniciava o discurso defensor da educação como alavanca para a modernização do país,

tendo em vista o alto índice de analfabetos existentes até o período. Surgiram então diversas escolas para meninos e meninas.

Ler, escrever e contar, saber as quatro operações, mais a doutrina cristã, nisso consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos; mas logo algumas distinções apareciam: para os meninos, noções de geometria; para as meninas, bordado e costura. (LOURO, 2000, p.444).

Apesar da inclusão feminina na educação, não podemos simplificar este processo uniformemente, pois era gritante a distinção do acesso de meninos e meninas ao ambiente escolar. E ainda que a educação feminina representasse um avanço para as mulheres, esta continuava a ser justificada pela maternidade.

Sob diferentes concepções, um discurso ganhava a hegemonia e parecia aplicar-se, de alguma forma, a muitos grupos sociais a afirmação de que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”, ou seja, para elas a ênfase deveria recair sobre a formação moral, sobre a constituição do caráter, sendo suficientes, provavelmente, doses pequenas ou doses menores de instrução. Na opinião de muitos, não havia porquê mobiliar a cabeça da mulher com informações ou conhecimentos, já que seu destino primordial – como esposa e mãe – exigiria, acima de tudo, uma moral sólida e bons princípios. Ela precisaria ser, em primeiro lugar, a mãe virtuosa, o pilar de sustentação do lar, a educadora das gerações do futuro. A educação da mulher seria feita, portanto, para além dela, já que sua justificativa não se encontrava em seus próprios anseios ou necessidades, mas em sua função social de educadora dos filhos ou, na linguagem republicana, na formação de futuros cidadãos. (LOURO, 2000, pp. 446 e 447).

Com o advento da República Brasileira, os ideais de modernização e avanço se fortaleceram, acarretando a necessidade de educação das mulheres, sempre vinculada à ordem e ao progresso. Cabia às mulheres o papel de higienização da família e de construção de cidadania dos jovens, considerando a ideia de que as mulheres deveriam ser educadas visando o acesso a boas colocações, tanto como boas donas-de-casa, quanto como mães de família.

Neste contexto de modernização surgiu o ensino profissional feminino, que muitas vezes preparava as mulheres para serem melhores donas do lar, mais prendadas, conseguindo elas próprias confeccionar tarefas domésticas, como costurar, bordar, fazer chapéus e cuidar bem da casa, do marido e dos filhos. As escolas profissionais também

propiciavam a essas meninas uma oportunidade de ajudarem no orçamento familiar caso houvesse necessidade, pois possuíam, a partir do curso profissional, qualificação para trabalhar fora de casa como professoras de arte ou até mesmo confeccionarem produtos para serem vendidos.

Quando paro para pensar neste público feminino ou nestas mulheres que optaram ou que não tiveram outra escolha a fazer quanto a sua formação, é possível de se imaginar as lutas e esforços que foram produzidas para a contribuição da construção da sociedade, em que as características marcantes das práticas de um ofício que eram ensinadas para as mulheres, sejam aprender a costurar, bordar, cozinhar e entre outros papéis atribuídos especialmente as mulheres como a submissão aos seus maridos e aos cuidados da casa. Somente estas práticas ofereciam para uma camada mais pobre da sociedade as oportunidades de socialização ou de uma ascensão social. (FERNANDES, 2006, P. 05).

O histórico do pensamento social brasileiro, como também em diversos outros lugares, tem como base a crença em uma natureza feminina que garantiria às mulheres seu lugar como “donas do lar”, com a predestinação para casamento e filhos. Partindo deste princípio, seria lógico imaginar que não haveria espaço para a mulher em outro lugar que não fosse a casa, aos cuidados do marido e criação dos filhos, assim como para os homens o lugar ser pertencente às ruas e ao mundo do trabalho, na busca por cumprir suas obrigações que resumem-se no sustento casa, da mulher e dos filhos. Os papéis pré-definidos ao marido e à mulher seriam complementares, mas jamais com direitos iguais.

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser. (MALUF e MOTT, 1998, p. 375).

Com a modernidade, vagarosamente as mulheres começaram a quebrar determinados padrões, ainda que houvesse inúmeras distinções entre a posição do homem e a posição da mulher perante a sociedade. A mulher moderna se mostrou capaz de realizar tarefas difíceis antes retiradas de sua participação. Mas ainda que tenha aumentado a participação feminina em diversos setores sociais, inclusive no mercado de

trabalho, devemos ressaltar que ela ainda era instruída e formada para o casamento, preparada para a vida do lar, enquanto o homem recebia preparação para uma vida voltada para os cuidados financeiros e também para a vida militar.

A Escola Profissional Nilo Peçanha

A partir destas considerações analisamos a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha, em Campos, Rio de Janeiro, no período correspondente aos anos de 1922 a 1930.

No início, seu currículo era distribuído em três anos de curso, com aulas teóricas e oficinas, no intuito de profissionalizar meninas pobres. A primeira turma a se formar foi em 1926, quando o curso era ainda de três anos. Este só foi ampliado, para quatro anos, em 1929, pelo Regulamento de Ensino Profissional (Decreto nº. 2380).

Aquêle Regulamento vinha trazer normas uniformes às escolas profissionais do Estado do Rio, atingindo, portanto, a Escola Profissional Feminina de Niterói, que naquela época já se chamava Escola Profissional Aurelino Leal, como também, as outras existentes na ocasião: a Visconde de Morais e a Washington Luís, em Niterói, e a Nilo Peçanha, em Campos. O Regulamento declarava que o ensino profissional consistia no lecionamento de artes e ofícios, paralelamente à cultura física, intelectual e cívica dos alunos, e visava a prepará-los, de um modo geral, para a vida prática e, especialmente, para o exercício do magistério em estabelecimentos daquele ramo de ensino e nas secções profissionais, que o mesmo Regulamento criara junto a qualquer grupo escolar de ensino primário, excetuados os de Niterói e Campos, para moças de 15 a 25 anos de idade, que desejassem aprender Corte e Costura, Bordados e Rendas, ou a fazer Chapéus, Flôres e Frutos, prevendo um período letivo de dois anos para isso. O Regulamento estabelecia que o ensino nas escolas profissionais do Estado seria feito em um período de quatro anos, havendo um curso geral, considerado fundamental e de caráter obrigatório, e paralelamente, cursos especiais. (FONSECA, 1961, p. 189).

Fonseca (2000) descreve as características do ensino profissional, afirmando que o curso geral subdividia-se em dois: o de educação sistemática e o de educação doméstica. Segundo o autor, o primeiro compreendia os ensinamentos de Português; Instrução Moral e Cívica; Matemática – Aritmética, Álgebra e Geometria –; Física Experimental, Química e História Natural. Também havia Trabalhos Manuais, destinados exclusivamente às moças. No curso de Educação Doméstica seriam ensinadas as artes

domésticas, como cozinha, pastelaria e confeitaria, as artes aplicadas e a economia doméstica.

A parte propriamente profissional é descrita por Fonseca (1961) como sendo designada por cursos especiais, de acordo com o Decreto de 2.380. Para as meninas os cursos especiais abrangeriam o ensino de corte e costura; bordados e rendas; chapéus; flores e frutos.

Ainda sobre o mesmo Decreto, Fonseca (1961) afirmou,

Também no Estado do Rio houve formação de professores para as escolas profissionais estaduais, principalmente para as do sexo feminino. Assim é que o Regulamento do Ensino Profissional, baixado com o Decreto Estadual 2.380, de 14 de janeiro de 1929, estipulava ter aquêlo ramo da instrução, como uma de suas finalidades, o preparo para o exercício do magistério nas escolas profissionais, bem como nas secções profissionais que o mesmo decreto criava junto aos grupos escolares do Estado. Aliás, a Escola Aurelino Leal, situada em Niterói, desde 1926, pela sua regulamentação, dava direito, às alunas que completassem seus cursos, de exercerem o cargo de professoras de trabalhos manuais e de agulha nos grupos escolares estaduais. Posteriormente, em 1936, novo regulamento de ensino profissional do Estado, Decreto 129, de 20 de janeiro, criava nas escolas femininas fluminenses, um curso Normal-Profissional, destinado ao preparo de professoras para as escolas profissionais, com duração de dois anos. Por dificuldades várias, entretanto, tais cursos não chegaram a funcionar regularmente. (FONSECA, 1961, p. 607).

Além do suporte teórico, o desenvolvimento desta pesquisa contou com importantes dados contidos no arquivo escolar da Escola Profissional Nilo Peçanha, disponível no atual Colégio Estadual Nilo Peçanha: o primeiro ano de funcionamento da escola; os cursos oferecidos; as médias alcançadas pelas alunas; os Decretos que regiam o funcionamento da escola; o número de matriculadas e de desistentes; a primeira turma diplomada; o aproveitamento das alunas; informações sobre matrícula e freqüência; horário das aulas; disciplinas e oficinas oferecidas; termos de visita de inspeção; dados e pareceres sobre a direção; a secretaria; curso noturno; exposição das alunas; comemorações cívicas; exames de admissão, mapa de rendas do curso geral e especial, entre outros. Também podemos encontrar cartas com depoimentos de alunas,

professoras e demais pessoas da sociedade campista, além de um álbum fotográfico referente ao cotidiano da Escola Profissional Nilo Peçanha.

A metodologia engloba também o levantamento de Relatórios de Presidentes da Província, disponibilizados em fonte de dados *on line*, com dados referentes a todo o Estado do Rio de Janeiro. Foi realizado um levantamento bibliográfico, identificando autores como Almeida (1998); Bonato (2001); Cunha (2005); Fernandes (2006); Fonseca (2000); Fonseca (1961); Louro (2000); Maluf e Mott (1998); Rago (2000); Santos (2003); Soihet (1997); Veiga (2003), entre outros.

Por fim, foram realizadas pesquisas no Arquivo Público Municipal de Campos dos Goytacazes, com o propósito de investigar, nos jornais da época, o comportamento social em relação à educação profissional feminina, bem como o alcance de atuação do ensino, a sua repercussão e demais percepções, manifestas nas publicações da imprensa local.

A partir destas fontes, pudemos perceber que o Ensino profissional brasileiro esteve associado ao desenvolvimento comercial, industrial e urbano, com medidas para a instrução popular. Associa-se, então, ao progresso material e moral da sociedade, bastante ligado ao discurso republicano do início do século XX, que elevava a nação brasileira a um futuro promissor.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha propiciava às alunas novas oportunidades, seja como melhores donas de casa ou como profissionais voltadas para educação e artes, consistindo no lecionamento de artes e ofícios, paralelamente à cultura física intelectual e cívica das alunas, visando prepará-las, de um modo geral, para a vida prática e, especialmente, para o exercício de magistério.

A Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha: a constituição de uma cultura escolar

A partir dos dados obtidos no arquivo escolar da E.P.F. Nilo Peçanha, observamos que o ensino era compreendido em técnico profissional, com costura, bordados e rendas, chapéus, cozinha, pintura e artes aplicadas; também havia o ensino primário complementar, com aulas de português, aritmética, geometria, geografia, história pátria, caligrafia, noções de física, química, história natural, higiene, desenho profissional e economia doméstica. Além disso, também funcionava um curso noturno, visando alfabetização de mulheres impossibilitadas de estudar durante o dia, com duração de 2 horas.

O número de matriculadas no curso diurno era aproximadamente 130 alunas por ano, com aulas diárias de 9 às 16 horas, inclusive aos sábados. Na escola eram realizados trabalhos, totalizando, por exemplo, no ano de 1926, 978 de costura, 406 de bordados e rendas, 539 de chapéus e 192 de artes aplicadas. É importante salientar que apesar da produção, a escola enfrentava bastantes dificuldades de mobiliário, qualificação de professoras e, sobretudo, do baixo rendimento de diversas alunas, consequência de um exame de admissão considerado pouco rigoroso. Olhamos criteriosamente para as fontes, mas observamos frequente esforço e empenho da diretora no bom funcionamento da escola e no rigor desempenhado durante a sua gestão.

Organização administrativa

No período correspondente aos anos de 1922/1923 a 1930, a Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha esteve sob direção da Sr^a Maria Pereira das Neves. No final do ano de 1930, esta diretora foi transferida para a cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

Além da diretora, Maria Pereira das Neves, o corpo administrativo contava também com uma secretária, *Magdalena Galvão de Queirós R. de Castro*; uma almoxarife, *Maria Isabel Pinheiro*; uma porteira, *Antônia Monteiro Barrozo de Siqueira*, quatro inspetoras de alunas, *Josephina Peixoto de Azevedo*, *Maria José da Silveira Areas* e *Cândida Pereira Paes*; e um servente, *Luiz Rodrigues de Barros*.

O currículo nas oficinas

O corpo docente era formado por cerca de 30/31 professoras, divididas entre as salas de aulas e as oficinas. As oficinas eram de *Costura e Corte*; *Chapéus*; *Bordados e Rendas*; *Flores e Frutos*. Em cada oficina havia uma professora titular, chamada de *Mestra*, além de 3 (três) professoras, designadas *contra-mestras*.

As professoras (mestras, contra-mestras e substitutas) deveriam estar disponíveis para o caso de serem solicitadas a comparecer na escola fora dos horários determinados de aulas, sempre que o serviço exigisse e desde que este tempo estivesse de acordo com o Regulamento da escola.

Nas oficinas, as aulas aconteciam pela manhã, com horários diários de 9h às 12h. As alunas do 1º ano passavam por todas as oficinas, alternado-as a cada 15 dias.

Vejam os exemplos referentes às matrículas das oficinas no ano de 1930:

1º ano

Oficinas de Flores e Frutos, Chapéus e Bordados e Rendas: 10 alunas matriculadas em cada uma; Costura e Corte: 11 alunas.

2º ano

Oficinas de Flores e Frutos e Chapéus: 03 alunas em cada; Bordados e Rendas: 06 alunas; Oficina de Costura e Corte: 27 alunas matriculadas.

3º ano

Oficina de Costura e Corte: 17 matriculadas; Bordados e Rendas e Chapéus: 06 alunas em cada uma.

4º ano

Oficina de Costura e Corte: 11 alunas matriculadas; Bordados e Rendas: 03 alunas; oficina de Chapéus: 02 alunas.

Quadro docente das oficinas

Oficina de Costura e Corte: Anna Carmem Cordeiro, mestra; Iracema dos Santos Sieberath, Maria Moreira Campos e Zilda Alves - contras-mestras;

Oficina de Chapéus: Rita Manhães, a mestra; Zahira Romana Pinto, Hermínia Paes de Oliveira e Maria Antonieta dos Santos Lacerda – contras-mestras;

Oficina de Bordados e Rendas: Izaura Peixoto, a mestra; Arinda Peixoto Prata, Carolina Manhães de Moraes e Maria Eneida Nunes – contras-mestras;

Oficina de Flores e Frutos: Zilde Manhães, a mestra.

O currículo nas salas de aula

As aulas teóricas, no período da tarde, começavam às 13h e terminavam às 16h, de segunda a sábado. O currículo constava das seguintes disciplinas:

1º ano: Português, Desenho, Economia doméstica, Aritmética, Moral e Cívica, Música e Trabalhos Manuais (total de 7 disciplinas).

Professoras:

Alzira Perissé Sodré – Português; Graziella Souto R. do Rosário – Desenho e Trabalhos Manuais; Rita de Cássia B. Sobral – Economia Doméstica; Maria da Conceição Peixoto – Aritmética; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica; Zinia Muylaert Collares – Música

2º ano: Álgebra, Desenho, Moral e Cívica, Música, Economia Doméstica, Português, Artes Aplicadas (total de 7 disciplinas).

Professoras:

Elza Pereira das Neves - Álgebra; Zaira Peixoto e Alzira Gesteira Passos – Desenho; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica; Zilda Tavares – Música; Rita de Cássia Sobral – Economia Doméstica; Hilda Barcelos Sobral – Português;

Maria Amélia Vasconcellos e Maria de Lourdes Veiga – Artes Aplicadas

3º ano: Português, Física, Música, Economia Doméstica, Artes Aplicadas, Geometria, Desenho, Moral e Cívica (8 disciplinas).

Professoras:

Hilda Barcelos Sobral – Português; Zenir Bacellar da Silva – Física; Zilda Tavares – Música; Maria Carlota Fernandes – Economia Doméstica; Alzira Barcellos – Artes Aplicadas; Elza Pereira das Neves – Geometria; Alzira Gesteira Passos – Desenho; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica

4º ano: Português, Química, Economia Doméstica, Artes Aplicadas, Desenho, História Natural, Moral e Cívica, Música (8 disciplinas).

Professoras:

Hilda Barcelos Sobral – Português; Zenir Bacellar da Silva – Química e História Natural; Maria Carlota Fernandes – Economia Doméstica; Anna Gesteira Passos – Artes Aplicadas; Zaira Peixoto – Desenho; Maria Isabel Peixoto – Moral e Cívica

Zilda Tavares – Música

Os cursos desenvolvidos na escola

O curso geral

Era denominado Curso Geral a primeira etapa de estudos desenvolvidos pelas alunas ao ingressarem na escola. Compreendia a frequência às oficinas, pela manhã, e às aulas das disciplinas teóricas, no período da tarde.

As alunas deveriam ter 12 anos de idade, no mínimo e 20 anos, no máximo. Deveriam apresentar o Diploma ou Certificado de conclusão da 5ª série primária, ou fazer uma prova, chamada de Exame vestibular, Exame de Admissão e também conhecida como Prova Oral. As candidatas que apresentassem o documento de conclusão do ensino primário estavam habilitadas e ficavam isentas do vestibular.

Conforme a publicação da imprensa local, estas provas constavam das disciplinas de Português, Aritmética, Economia Doméstica, Álgebra e Geometria; eram marcadas em datas e horários previamente anunciados por dias consecutivos.

Os documentos requeridos para a matrícula eram: A Certidão de idade – o Registro Civil de Nascimento; Atestado de Vacina, além do já mencionado Diploma ou Certificado de conclusão do ensino primário. Era preenchida uma ficha contendo as informações básicas referentes à filiação, endereço e naturalidade de cada aluna.

O curso de aperfeiçoamento

Às alunas que concluíam o Curso Geral era concedida a oportunidade de prestarem serviço à Escola como auxiliares das Contra-mestras, nas turmas de 1º ao 3º ano, nas oficinas nas quais se especializaram durante sua formação, além de serem alunas nas demais oficinas.

Essa especialização acontecia em horários extras, fora dos horários normais de aula, sendo que as alunas do curso de aperfeiçoamento trabalhariam como auxiliares ou regeriam turmas a critério da diretora, não tendo direito à remuneração. Mais tarde o estágio incluiria também o trabalho na Secretaria e no curso de Artes Domésticas. Deveriam estar na Escola, diariamente, das 9h às 12h.

Das 15 alunas que concluíram em 1929 o Curso Geral, todas se apresentaram, ou se matricularam, para o estágio no Curso de Aperfeiçoamento e destas, 14 concluíram.

Da leitura dos relatórios contidos no arquivo escolar, é possível perceber o grande interesse das alunas pelo curso de aperfeiçoamento e, ao que é mencionado no arquivo, a direção e todo o corpo docente ficavam bastante agradecidos com o empenho e a dedicação com que as alunas trabalhavam, gratuitamente, almejando mais experiência para sua profissionalização; algumas chegaram a receber destaque por atuação impecável, como é o caso da aluna *Ana Calomeni* que atuou como substituta da professora Maria Amélia Vasconcellos, de junho até o final do ano de 1930.

A professora Maria Amélia era auxiliar na disciplina de Artes Aplicadas e foi designada para servir em comissão na Escola Normal de Campos. Outras alunas também substituíram professoras que precisaram se ausentar por motivos de saúde. Assim este primeiro ano do Curso de Aperfeiçoamento foi avaliado como satisfatório.

O curso especial

Este curso teve início de seu funcionamento em 1929 e, conforme os relatórios apresentados, conquistou o sucesso de desempenho na avaliação da direção da escola. Constava das aulas que aconteciam nas oficinas no período da tarde, as mesmas oficinas, ou seja: Costura & Corte, Bordados & Rendas, Flores & Frutos e Chapéus. Sempre de segunda a sábado, das 14h às 16 h. E o curso de Artes Aplicadas, às quintas-feiras, de 10h às 12h.

No primeiro ano do Curso Especial (1929), foram matriculadas 40 alunas no início do ano e em julho mais 20, entretanto a direção escolar decidiu não manter esse número de alunas alegando insuficiência de mobiliário para o desenvolvimento das aulas. Neste mesmo ano, por ocasião da exposição, estas alunas apresentaram 275 trabalhos, de todas as oficinas e ainda as produções das aulas de Artes Aplicadas.

No Curso Especial as alunas não precisavam frequentar aulas teóricas, em horário distinto, como as alunas do Curso Geral, mas apenas as aulas nas oficinas. Este era um curso livre que não possuía um regulamento para controle, por isso a flexibilidade dos movimentos de entrada.

Conforme anúncio do edital no Jornal Folha do Comércio, de 05 de janeiro de 1930, as candidatas ao Curso Especial deveriam ser maior de idade. As vagas foram limitadas a 20 candidatas, 05 alunas em cada oficina, e incluía também a necessidade de que as alunas frequentassem as aulas do Curso de Artes Aplicadas e Artes Domésticas,

além das oficinas, completando o que foi chamado de **Curso Profissional**, esta nomenclatura também é mencionada nos relatórios numa referência a todas as modalidades do ensino juntas.

O curso noturno

O curso noturno era um modelo de Escola Primária que ocupava as dependências da Escola Profissional Nilo Peçanha, no horário noturno, atendendo especialmente moças que trabalhavam como empregadas domésticas durante o dia.

O curso estava sob a direção da professora D. Olinda Gomes Pinto, auxiliada pelas professoras adjuntas Alayde Rodrigues Lírio e Maria do Carmo Veiga, ambas diplomadas pela Escola Normal de Campos.

Alguns fragmentos, transcritos abaixo, retirados dos relatórios de Inspeção contidos no arquivo da Escola Profissional Nilo Peçanha, mostram as características do Curso, os objetivos, o currículo, o perfil das alunas atendidas e das professoras, bem como condições gerais e perspectivas futura.

A matrícula atual é de 79 alunas. Foram matriculadas 84, mas só frequentam 79, por se terem retirado 5. Compareceram hoje 30 que estiveram presentes à inspeção. A frequência média do mês foi 36. As alunas aqui matriculadas são todas moças que vivem em empregos durante o dia, quer como operários, quer como domésticas, e sua frequência demonstra o desejo que nutrem de conseguir alguns conhecimentos indispensáveis na vida prática. O tempo letivo é de apenas duas horas, que considero insuficiente, pois é durante este curto período que elas podem preparar suas lições, pois as horas dos dias são absorvidas pelos patrões que as remuneram para prestarem serviços. Este curso é de dois anos, mas o programa é de tal modo desenvolvido que não poderão as alunas completá-lo nesse tempo, apesar do esforço que empregam as professoras e alunas. (Livro de Registros – 1930, p. 49)

Outra visita de inspeção registra a presença de 39 alunas, quando o número de matriculadas era de 81 alunas. Das matriculadas: 51 alunas em duas turmas de 1ª série, e 30 alunas em duas turmas de 2ª série. As turmas eram organizadas de acordo com níveis de desenvolvimento, assim as mais adiantadas ficavam separadas das menos adiantadas.

Assisti à leitura de um grupo de alunas da série mais adiantada, leitura que muito se resente dos vícios de linguagem adquiridos no meio em que elas vivem. Esses vícios vão sendo gradativamente corrigidos pelas senhoras professoras que, para isso não tem poupado esforços. Dignas são, pois de louvor essas preceptoras que, bem compreendem a situação pouco favorável

de suas alunas, procurando transmitir-lhes os necessários e indispensáveis conhecimentos usando para isso de métodos e processos apropriados. Não é esse um curso em que possam as professoras apresentar sensível resultado, apesar do esforço empregado pois as alunas requeentam durante duas horas apenas. (Livro de Registros – 1930, p. 51).

A frequência era bastante instável, aliada a uma carga horária de aulas, de apenas 2 horas por dia. As alunas também recebiam um grau menor de exigência no desempenho dos resultados da aprendizagem. Segundo as palavras do próprio inspetor, as alunas não podiam se dedicar durante o dia por causa da ocupação:

Por isso não se pode exigir aqui notável aplicação e progresso por ser insuficiente o tempo de que elas podem dispor para empregarem nos misteres do ensino. Apesar disso, devido ao esforço das senhoras professoras e das mestras alunas, algumas, já se nota relativo adiantamento. (...) não tem durante do dia, devido aos deveres outros que tem a cumprir, o tempo necessário para o preparo das lições que lhes são marcadas, o que fazem durante o curto período em que permanecem na Escola. Apesar, notem, de sua condição humilde e pouco aperfeiçoamento na educação, posso afirmar ser irrepreensível a disciplina. (Livro de Registros – 1930, p. 54).

As festas escolares

A Escola mantinha como tradição a comemoração de datas importantes e para tanto, eram realizadas cerimônias cívicas que seguiam um padrão formalizado. O modelo seguido se constituía basicamente da execução do Hino Nacional, apresentação musical com solo e o coro das alunas da Escola; a leitura de textos e palestras que eram proferidas por professoras e também pela Diretora.

As datas comemorativas principais que se encontram relatadas são as de 13 de maio (abolição da escravatura), 7 de setembro (Independência do Brasil) e 15 de novembro (Proclamação da República), porém uma das datas mais comemoradas era o dia da Bandeira, 19 de novembro; também constam registros, não detalhados, de cerimônias para receber autoridades do governo estadual e federal em visitas à Escola.

Exposições

As exposições eram eventos organizados pelas professoras das oficinas, ao final de cada ano, como culminância do ensino e da aprendizagem desenvolvidos ao longo dos 12 meses. Toda a comunidade podia visitar a exposição dos trabalhos e ainda adquirir os que estivessem à venda. Muitos trabalhos eram feitos sob encomenda, por pessoas que conheciam a qualidade dos mesmos, garantindo assim, o custeio dos

materiais usados. Havia também outros trabalhos produzidos para uso das alunas, muitas vezes para confecção de seus próprios enxovais.

Os trabalhos apresentados durante a Exposição de 1930 estão assim relacionados, conforme seus respectivos cursos:

O Curso Geral ou Profissional: Oficinas: Costura e Corte – 846; Bordados e Rendas – 133; Chapéus – 704; Flores e Frutos – 55 dúzias e meia; Artes Aplicadas – 269.

O Curso Especial: Oficinas: Costura e Corte – 134; Bordados e Rendas – 11; Chapéus – 100; Flores e Frutos – 37 dúzias e meia; Artes Aplicadas – 25.

O Curso de Aperfeiçoamento: Costura e Corte – 18; Bordados e Rendas – 17; Chapéus – 83; Flores e Frutos – 33 dúzias; Artes Aplicadas – 19.

Totais de cada Oficina: Costura e Corte – 998; Bordados e Rendas 161; Chapéus – 887; Flores e Frutos – 126 dúzias e Artes Aplicadas – 313 trabalhos; perfazendo um total geral de 2.485 trabalhos produzidos por toda a Escola Profissional no ano.

Conclusão

Ainda há muito que se desvendar acerca da atuação feminina, e de sua educação profissional, não apenas dentro da escola, ainda uma socialização cerceada pela permissão masculina, cheia de limites impostos, trabalhando pela conquista de uma visibilidade, um lugar, um espaço, que se ampliava na medida em que dava conta do trabalho que lhes era confiado.

Mas podemos afirmar, enfim, que a E.P.F. Nilo Peçanha fez juz às suas finalidades:

prepara a mulher para a família e para a Pátria: forma-se-lhe o character na moral e no dever, prepara-se, portanto, o homem do futuro, porque quem quizer o homem educado moral e civicamente eduque primeiro a mulher. (Termo de visita lavrado pelo Exmo. Snr. Inspector do Ensino Profissional, José Joaquim da Costa, quando em visita à E.P. Nilo Peçanha, em 26/7/1926).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. – (Prismas).

BONATO, Nailda Marinho da Costa. *Uma Escola de Formação Profissional para o Sexo Feminino no Distrito Federal: a Escola Profissional Paulo Frontin (1919)*. Caxambu, 2001. Trabalho apresentado na XXIV Reunião Anual da ANPED.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização – 2ª Ed.* – São Paulo: Editora UNESP, 2005.

FERNANDES, Rosane Schmitz. *Escola Profissional Feminina e as Relações de Gênero: Florianópolis, 1935-1960*. Centro de Ciências da Educação /CCE/ Faed da Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC. Anais do VII Seminário Fazendo Gênero, 2006.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In. Mary Del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 510 a 553.

FONSECA, Celso Suckow da. *História do Ensino Industrial no Brasil*. - 2. Ed., em CD ROM, Rio de Janeiro: CEFET, 1961.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In. Mary Del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 443 a 481.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do Mundo Feminino. In *História da Vida Privada no Brasil / coordenador geral da coleção Fernando A. Novais; organizador do volume Nicolau Sevcenko*. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998. – *História da Vida Privada no Brasil*; 3). Páginas 367 a 421.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In. Mary Del Priore (org.) *História das mulheres no Brasil*. – 3. Ed. – São Paulo: Contexto, 2000. Páginas 579 a 605.

SANTOS, Jailson Alves. A trajetória da educação profissional. In Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Chynthia Greive Veiga (org.) trajetória da educação profissional. 500 anos de educação no Brasil. – 3. Ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Páginas 205 a 224.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997 – 14ª Reimpressão. Páginas 275 a 295.

VEIGA, Cynthia Greive. História Política e História da Educação. In Cynthia Greive Veiga e Thais Nivia de Lima Fonseca. História e Historiografia da Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Pág. 13 a 47.